

## O CASO DELGADO E O JULGAMENTO DA HISTÓRIA \*

IVA DELGADO

### Preâmbulo

O julgamento da História pressupõe que há uma instância extratemporal que está para lá do juízo dos contemporâneos ou do próprio processo político-jurídico relativo a um "caso". Supõe ainda que a Justiça dos homens é falível e que há componentes humanas no sentido dos valores universais que são julgadas a outro nível que não os tribunais. As gerações vindouras, libertas de coacções e preconceitos, quando analisam os casos mal tratados, feridos de injustiça, por circunstâncias e coordenadas geradas no caldo político da época, no entrechoque de interesses, geram com o seu novo olhar um processo dinâmico que é o da própria História a filtrar ideais e a deixar para trás o efémero, a intriga, a mediocridade. É esse produto de gerações em que se demarcam princípios e visões do mundo que permite separar o trigo do joio, excitando a verdade no imaginário da consciência colectiva, sem intermediários envolvidos, no espaço de memória sufragado pela ética cívica, pela moral, pela consciência colectiva, pelo espaço de memória donde brotam os mitos. A trajectória do nascimento de um "caso" até à sua nidificação no cenário colectivo, passando para o olimpo da história onde coabitam heróis, santos e pecadores não será alheia à captação do chamado carisma pessoal. A apreensão pela via afectiva é rápida, absoluta, definitiva e duradoira. O carisma não se fabrica, é um dom personalizado, intransmissível. Na nossa sociedade hipermediatizada não será alheio o contributo dos media neste processo.

---

\* Intervenção no *Coloquio internacional sobre la Memoria Histórica: ¿se puede juzgar la historia?*, organizado por MEDEL ([www.medelnet.org](http://www.medelnet.org)), Jpd ([www.juecesdemocracia.es](http://www.juecesdemocracia.es)), Upf ([www.upfiscales.com](http://www.upfiscales.com)), Instituto Alonso Martínez de Justicia y Litigación (<http://turan.uc3m.es/uc3m/inst/AMJ/home.htm>) e Fundación Antonio Carretero ([www.juecesdemocracia.es/fundacion/objetoAC.htm](http://www.juecesdemocracia.es/fundacion/objetoAC.htm)), cujas sessões tiveram lugar entre os dias 27 e 29 de Março de 2009, em Madrid, Espanha.

Antes de ser assassinado fisicamente Humberto Delgado sofreu o chamado assassinio de carácter. A difamação, as calúnias, a denegrição do nome, as perseguições e as infâmias que constituíram uma campanha negra contra o homem que ficou conhecido por General sem Medo, ficaram todavia presas aos métodos indignos de um regime autoritário, enquanto a luta pela liberdade e a coragem saíram ilesas.

A este propósito -do carisma que nasce da própria adversidade- vou contar um episódio que se passou numa escola portuguesa.

Trago comigo o anel que se encontrava no cadáver de meu Pai quando foi descoberto em 1965 por um jovem pastor que vivia em Villanueva del Fresno, chamado Feijó. Esse anel, por razões que eu própria não sei explicar, veio ter à minha guarda e sou hoje a fiel depositária do único objecto salvado do crime. Não foi, porém, através deste anel que se procedeu à identificação do corpo. Os elementos da família foram unânimes em afirmar que o anel encontrado no dedo anelar de Humberto Delgado não era o original de ouro de lei com que saíra do País. Juízes, magistrados, advogados sabem a que ponto os pormenores materiais são relevantes para a fixação da verdade jurídica, neste caso da própria identidade da vítima. Sem corpo não haveria crime. Nós sabíamos perfeitamente a responsabilidade do nosso testemunho perante as autoridades espanholas que promoveram o primeiro inquérito, conduzido pelo Juiz Crespo Marquez. Não era o anel original, ponto final. A certeza foi imediata, não só porque a olho nu se via que era uma cópia tosca, de ouro diferente do português, como pela gravação, com as iniciais HD correctamente colocadas enquanto as asas da aviação estavam dispostas ao contrário. Muito se efabulou também acerca da falta de profissionalismo da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que na sua pressa teria deixado uma pista fundamental.

Recentemente, o biógrafo-neto, Frederico Delgado Rosa, resolveu o enigma. Uma foto obtida em Argel, em recente deslocação que fez àquela cidade em busca do arquivo do exílio, mostra este mesmo anel na mão de Humberto Delgado, quando proferia uma crónica na Radia Voz da Liberdade em Setembro de 1964, foto tirada a escassos meses da sua morte.<sup>1</sup>

Mas antes de saber isso, eu costumava contar aos alunos a história do misterioso anel, e foi com essa história que terminei o filme "Meu Pai, Humberto Delgado". Este objecto concreto, a existência física do mesmo, estabelece uma ligação directa com a vítima, é uma

---

<sup>1</sup> Rosa, Frederico Delgado. "Humberto Delgado. Biografia do General Sem Medo." A Esfera dos Livros. 2008

espécie de relíquia. Compreendi isso quando um aluno de quinze anos me perguntou se tinha o anel comigo. - Não, não o trouxe, está guardado no cofre de um banco. Respondi. E perguntei-lhe para que queria ele saber. Resposta do aluno: -Para lhe tocar.

### **O Caso Delgado**

O caso Delgado tem início quando começam a dar-se os primeiros alertas sobre o desaparecimento do líder da oposição portuguesa e de sua secretária brasileira, que teriam entrado em Espanha a meados de Fevereiro de 1965. Será preciso, no entanto, recuar no tempo para entender o significado da data de 13 de Fevereiro de 1965, data da cilada de Badajoz. Para o biógrafo a data de 13 de Fevereiro não só encerra em si todo o enredo da tragédia do duplo homicídio que vitimaria o general português, Humberto Delgado e a sua secretária, a brasileira Arajaryr de Campos, como detém a chave do próprio motivo do crime, como veremos adiante. É conhecido, para nós hoje que temos a distanciação de quatro décadas, que houve todo um processo de premeditação, de planeamento, de preparação que não tem a ver directamente com as autoridades espanholas da época, mas sim com a Espanha, já que o objectivo era atrair ao país vizinho o General que não se cansava de propagar as suas intenções de derrubar a ditadura pelas armas. Esse plano sintetiza-se em duas palavras: "Operação Outono". Este nome de código foi dado pela PIDE ao conjunto de acções que tinham por fim estabelecer uma rede de contactos com o então exilado Humberto Delgado a fim de o "neutralizar" definitivamente de modo a não constituir perigo para o regime de Salazar. Estamos a lidar com um crime organizado a partir do Estado para aniquilar fisicamente uma pessoa tida por inimigo político do ditador, que já tinha dado provas de ser capaz de levantar as massas (eleições presidenciais de 1958) de patrocinar acções de grande envergadura mediática ( caso da apreensão do navio Santa Maria 1961), de entrar clandestinamente em Espanha e em Portugal para chefiar a revolta de Beja, (1962), de se aliar com exilados espanhóis que tinham o objectivo de acabar com a ditadura franquista e de estabelecer de ajuda mútua pela libertação da Península Ibérica.

## **A PIDE na transição para a democracia**

Convém focar a nossa atenção sobre a PIDE. É preciso distinguir entre a instituição em si com os seus mecanismos burocráticos e de serviço de alfândegas, da polícia política, instituição sob directo controlo do ditador e que era sinónimo de terror, de perseguição, de delação, de ubiquidade, já que exercia uma espécie de poder oculto em todos os locais, de escolas a universidades, de fábricas a jornais e cafés através da enorme rede de informadores. Para compreender o quanto era generalizado o medo basta recordar que ao segredar-se que alguém estava na António Maria Cardoso ( rua onde era a sede da PIDE em Lisboa) era sinónimo de dizer que esse alguém estava sob tortura. Mas entre o que se suspeitava que era a actividade da PIDE e a denúncia pública ía um grande passo. Foi a campanha de 1958 que denunciou a prática de tais métodos, tendo inclusivé os católicos tomado posição pública junto do ditador. Para muitos portugueses foi a primeira vez que ouviram da boca de um oficial general na vida activa militar proferir tais acusações contra o regime.

Em 1962, no rescaldo da fraude eleitoral e das sequelas do pós-1958 em que a PIDE foi ultrapassada pelo fenómeno de agitação de massas da campanha Delgado, com a luta estudantil ao rubro e a guerra colonial encetada em 1961, a polícia política renova-se, torna-se mais sofisticada, mais "científica" pondo de lado os antiquados "safanões dados a tempo" (Salazar) passando a métodos de tortura como a "estátua", mais higiénicos e produtivos. E sobretudo muda de dirigentes, e envia os seus quadros superiores à CIA para formação moderna ao abrigo do acordo firmado em 1957 segundo o qual ambas as polícias se comprometiam a combater o comunismo e todas as entidades e pessoas que o favorecessem. É desta nova PIDE dirigida pelo major Silva Pais que vai sair a equipa que estrutura a "Operação Outono", cujo método consistia em infiltrar alguém no círculo de confiança de Humberto Delgado. Um dos principais elementos dessa infiltração é o "pide" Ernesto Lopes Ramos que se fará passar por Ernesto Castro e Sousa, que se encontra com HD em Roma e em Paris para combinar o célebre encontro com "oficiais" do exército português em Badajoz. Para este plano a PIDE dispunha de muito dinheiro como se viu pelo "ordenado" que recebia o informador principal, o elo de Roma, Mário de Carvalho, nome de código "Oliveira", ordenado esse quase equivalente ao do próprio director da PIDE.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> "A Tirania Portuguesa" (Org. I.Delgado; C.Pacheco) . Publicações Dom Quixote.1995

Este instrumento de terror - que gerou o substantivo "pide" e o adjectivo "pidesco" - palavras que entraram na língua portuguesa para ficar - foi o último baluarte repressivo a cair aquando da Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, já depois de o próprio primeiro ministro, Marcelo Caetano, se ter rendido no Quartel do Carmo no coração de Lisboa. Com efeito o grupo de fuzileiros que se dirigia para tomar a PIDE foi mandado retirar por ordem do general Spínola, o herói da Guiné, que desejava manter a PIDE ao serviço do novo regime democrático. Aliás, na altura a instituição chamava-se PIDE/DGS ( Direcção Geral de Segurança) e o seu trabalho em África durante a guerra colonial era tido em boa conta pelo aparelho militar pois ajudava a capturar os "turras" (terroristas). Para o caso aqui tratado é importante assinalar esta osmose funcional de um regime para o outro, ao pretender-se a manutenção das estruturas repressivas do regime, pois veremos o quanto este factor afectou o julgamento em Tribunal Militar do Caso Delgado. Digamos que havia uma dívida de gratidão entre sectores militares e a polícia política, e eventuais interesses entre sectores civis e do próprio Poder com aquele aparelho repressivo. Recordemos que foi o povo indignado que se manifestou à porta da sede da PIDE não abandonando a famigerada polícia secreta, sendo alvejado das janelas do edifício registando-se os únicos quatro civis mortos do movimento dos capitães.

O que sucedeu aos arquivos da PIDE também interessa de sobremaneira para o Caso Delgado já que muito material se perdeu, fruto de roubo e de anárquicos saques quando a polícia política finalmente se entregou; para não falar do "saque organizado" emanado das autoridades militares recém-constituídas e de elementos civis na maioria comunistas que usaram a documentação para pressões políticas.<sup>3</sup>

Valério Ochetto, autor de uma das mais elucidativas obras sobre o Caso Delgado, tentou obter informações sobre a "Operação Outono" esbarrando na confusão da época revolucionária. Alguém bem situado no processo de desmantelamento da PIDE (Fernando Oneto) diz-lhe que há pessoas ao mais alto nível "com influência nos centros do Poder, que tudo fazem para que o processo (Delgado) não avance" <sup>4</sup>. As forças reaccionárias investem e as consequências para o caso Delgado são notórias; quatro dos sete incriminados saem em

---

<sup>3</sup> Ochetto, Valerio. "Em Prol da Verdade. O como e o porquê de um crime político. A Morte de Delgado" pp 187 segs)

<sup>4</sup> Id. p. 191.

liberdade, entre eles o mencionado elemento da PIDE que fora o elo de contacto directo com Humberto Delgado, Ernesto Lopes Ramos, encarregado de convencer este a vir a Badajoz onde se encontraria com supostos oficiais do exército, o qual vive hoje no Brasil. Quanto a Rosa Casaco, o chefe da brigada que no dia 12 de Fevereiro de 1965 atravessou a fronteira luso-espanhola com três subalternos, todos com passaportes falsos, viria a ser-lhe facilitada a fuga para Espanha por ocasião do 25 de Abril, onde viveu durante anos com nome suposto. Só dois dos agentes, Agostinho Tienza e Ernesto Lopes Ramos estiveram presentes em tribunal, o quarto elemento, Casimiro Monteiro em quem o tribunal descarregou a sentença mais pesada limpando de certa forma os restantes, fugiu para a África do Sul. Todos foram beneficiados nas suas carreiras pela cumplicidade no crime e manutenção do silêncio sobre o caso Delgado, Tienza chegou a ser condecorado por Américo Tomás, o Presidente da República "eleito" pela fraude eleitoral de 1958.

Pelo branqueamento do regime atirando a culpa para cima do elemento mais feroz da brigada, que agiria imtempestivamente, sem ordens directas, por impulso, o julgamento do "Caso Delgado" no IIº Tribunal Militar, ou Tribunal de Santa Clara como era conhecido( hoje os tribunais militares estão extintos) foi um caso de impunidade a partir do Estado. Houve quem lhe chamasse a "segunda morte do general Humberto Delgado".<sup>5</sup>

### **O Rapto**

Para o autor da Biografia a tese central que se prolongou no tempo, atingindo os nossos dias - de que o objectivo da missão da PIDE a Espanha era o rapto, não o assassinio de Humberto Delgado - (apesar de transportarem cal e ácido sulfúrico no porta bagagens de um dos carros que atravessou a fronteira no dia 12 de Fevereiro) foi estabelecida no decurso do processo do IIº Tribunal Militar de Santa Clara. Efectivamente, logo nos primeiros interrogatórios o director da PIDE, major Silva Pais, curiosamente, desmonta a motivação para o rapto, e ao fazê-lo desmonta nada mais nada menos que a própria motivação para o homicídio. Sigamos as palavras do próprio director da PIDE: "falava-se até em vários lados num possível desembarque do general com homens, incluindo mercenários". (...) O Biógrafo faz a pergunta fundamental: «Por que foi, finalmente, assassinado Humberto Delgado?» Há

---

<sup>5</sup> Geraldo, Manuel. "Memória de um Processo. A Segunda Morte do General Delgado" Edições Caso. 1982

vários níveis de resposta a essa questão. Em primeiro lugar, Humberto Delgado era um símbolo da luta pelo derrube do regime, sendo suficiente este aspecto para a PIDE "desejar a sua aniquilação". Mas há mais: a PIDE "sabia que Humberto Delgado era o único dirigente destacado da Oposição a querer o derrube do regime pelas armas e o mais rapidamente possível. A PIDE sabia que Humberto Delgado era uma força da Natureza, um homem determinadíssimo e duma coragem inaudita - e que de certeza absoluta acabaria por entrar outra vez em Portugal." É a partir da ruptura com as forças oposicionistas instaladas em Argel que o General concentra "totalmente na sua pessoa a solução armada". (...) "Em suma, a própria Cilada de Badajoz, contém em si o porquê do crime.(...) a via preconizada por Humberto Delgado era a maior ameaça à ditadura, como o viria a comprovar o " 25 de Abril de 1974".<sup>6</sup>

### **O Exílio**

As tensões criadas no exílio, bem como os compromissos assumidos com outras forças de oposição em luta contra as ditaduras ibéricas, nomeadamente o acordo firmado com o General Emilio Herrera, figura nobre da saga dos exilados espanhóis, em que se chegou a um consenso quanto à forma de actuação no caso de um dos dois países ibéricos alcançar a liberdade antes do outro, fazem parte de uma estratégia política que visava escapar ao isolacionismo e à solução periférica. Todavia e como refere Juan Carlos Jimenez Redondo no estudo histórico introdutório do processo espanhol, havia problemas distintos em ambos os países salientados pelo próprio Delgado que também reconhecia essa diferença às próprias oposições. Em Portugal não existiam as questões separatistas, por exemplo. E assinalava outra questão pertinente: enquanto os portugueses aceitavam como necessária a conjugação da via militar com a oposição, em Espanha não se esperava nenhuma solução por via militar, não estando as forças democráticas aptas a aceitar uma convulsão dessa natureza.<sup>7</sup> Todavia a Espanha de Franco levou muito a sério essa hipótese de combate único para despachar duas ditaduras quando mandou colocar de prevenção a Marinha Espanhola ao correr o boato de que

---

<sup>6</sup> Op. Cit. pp.1218-1219

<sup>7</sup> "El Caso Humberto Delgado. Sumario del proceso penal español" (ED. Juan Carlos Jimenez Redondo) 2001. pp.34-35.

havia uma tentativa de desembarque de forças comandadas por Humberto Delgado no sul da Península.

Recuemos à época em que Humberto Delgado deixa o Brasil em Dezembro de 1963 para novo exílio noutra continente, já que se tinham esgotado nesse país as possibilidades de acção. Com efeito, após os casos do assalto ao paquete de luxo " Santa Maria", com participação do DRIL (Directório Revolucionário de Libertação Ibérico) e do assalto ao quartel de Beja, que o líder da oposição portuguesa perdera o estatuto de "persona grata" junto das autoridades brasileiras. Só lhe restava procurar acolhimento num país mais próximo de Portugal. Quase proféticas foram as suas palavras quando se refere a esta etapa : "A Argélia será o meu último país de exílio." Logo à chegada, no seu estilo ousado, não deixou dúvidas a ninguém sobre o significado dessas palavras, ao declarar que não vinha para um exílio dourado mas para organizar "uma guerra com balas, espingardas e canhões, até à destruição da ditadura fascista de Salazar".<sup>8</sup>

Os quase sete meses que mediaram entre a chegada a Argel e a partida secreta para Badajoz encerram o ponto alto da "Operação Outono", através das hábeis maquinações do elo italiano, "Oliveira" que conseguiu convencer HD a encontrar-se com "Ernesto Castro de Sousa" , garantindo haver um número impressionante de jovens oficiais dispostos a tudo para acabar com o regime. Dadas as circunstâncias da guerra em África era plausível que houvesse descontentamento nas fileiras.

O que se passou em Argel de criação de um ambiente insuportável tem muito a ver com concepções divergentes quanto ao método para eliminar a ditadura, com os comunistas a quererem adiar até ao momento propício do levantamento popular e os da linha chinesa a propugnar por um golpe , na linha do que vinha propondo HD embora este nada tivesse de "ideológico" no seu plano militar. O apoio que HD recebera de Ben Bella, o dirigente saído das lutas contra a França de De Gaulle, foi minado pela ala comunista deixando HD reduzido a pequeno grupo de fieis. Diga-se que era escasso o núcleo de exilados anti-salazaristas em Argel, umas quatro dezenas.

---

<sup>8</sup> Valério Ochetto. Op. Cit.

### **A Data Fatídica - 13 de Fevereiro de 1965.**

Durante os dois meses de desaparecimento, após um período de silêncio - em que funcionou a célebre ordem não escrita - pedra sobre o assunto - as autoridades portuguesas accionam a agência noticiosa, ANI, para uma campanha de mentiras e invencionices sobre o paradeiro de HD, que ora estaria passeando num iate de luxo, ora numa clínica em Italia disfarçado de milionário árabe, fazendo uma operação estética para aparecer em qualquer capital europeia. Oscilava-se assim entre os comunicados do Ministério dos Negócios Estrangeiros segundo os quais o governo não sabia de nada nem se interessava pelo paradeiro de HD, e a campanha de desinformação e de assassínio de carácter, aliás repetida pela congénere agência espanhola, EFE.

O Juiz Crespo Marquez, que viria a realizar o inquérito efectuado em Espanha, tinha em mente uma conversa tida com um amigo seu, responsável pela *Oficina de Turismo* de Badajoz, em que este lhe contara que a 13 de Fevereiro o conhecido general português tinha estado naquele local, acompanhado de uma senhora, a colher informações sobre caminhos para Olivença. Portanto ele, Crespo Marquez - conforme relato pessoal que me fez - estava seguro desde muito cedo de que se tratava de um crime de natureza política e que tinha de mandar passar a pente fino as imediações de Olivença.

*«Se vão a Olivença e depois a Portugal interessa-lhes sair de Espanha pela fronteira de Villanueva del Fresno que é uma fronteira cómoda e sem obstáculos, diz o responsável pelo Turismo aos dois "turistas". O General faz um esboço sobre a margem de um jornal estrangeiro que levava. Ao mesmo tempo toma alguns apontamentos com a sua caneta de tinta violeta.<sup>9</sup>*

Entretanto, aparecem os cadáveres a 25 de Abril de 1965 e vem a público a notícia da descoberta, perto da aldeia de Villanueva del Fresno, junto da fronteira portuguesa, de dois corpos - de um homem e de uma mulher - que viriam a ser identificados como o do General Humberto Delgado e o da sua secretária Arajaryr de Campos. Na véspera, três membros da Federação Internacional dos Direitos do Homem tinham deixado Espanha após tentativas infrutíferas de esclarecimento do paradeiro de Humberto Delgado e da sua companheira. De

---

<sup>9</sup> Novais, J.; Robles, M. "Assassinato de um Herói".1974

uma coisa, porém, estavam seguros: quer o General, quer a sua secretária brasileira tinham entrado em Espanha, ela com o seu passaporte verdadeiro, ele com um passaporte falso em nome de Lorenzo Ibañez. Na verdade, a polícia espanhola já tinha nessa altura conhecimento da entrada em Espanha de um homem com esse nome, que se teria instalado no Hotel Simancas, em Badajoz.

Na fase aparecimento dos cadáveres era por demais evidente que os interesses de Espanha e de Portugal colidiam, com o Governo Português a ocultar provas ( recusando admitir que os quatro "estrangeiros" que passaram a fronteira luso-espanhola eram agentes da PIDE) e a manter a fachada de pessoa séria. Embora houvesse tentativas oficiais e oficiosas de congraçar uma posição única ( vinda de Muñoz Grande a Portugal) as declarações de Fraga Iribarne ao dizer que as autoridades espanholas de nada sabiam veio perturbar a própria investigação espanhola quando já havia colaboração a nível de quadros médios das duas polícias secretas.<sup>10</sup>

A verdade é que, na primeira fase, houve da parte portuguesa um lavar de mãos na esperança de que o caso se auto-abafasse. Seguidamente uma tentativa de camuflar o envolvimento no caso com uma torrente de contra-informação, já que convinha desviar as atenções da cena do crime geograficamente colada a Portugal. Foi grande a actividade política nos bastidores ibéricos, visto que a óbvia culpabilidade do governo salazarista a nível da cena internacional poderia arrastar consigo a cumplicidade espanhola. Interessava aos salazaristas acima de tudo lançar dúvidas, despejar propaganda confusionista e manter «a rede de cumplicidades» que permitira executar o crime.<sup>11</sup>

Gerando grande mal estar nas autoridades espanholas, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, atirou para cima do governo espanhol a inteira responsabilidade pelo apuramento dos factos, visto que tinha sido do lado de lá que tudo se passara. Ambos os ditadores jogaram com a hipótese de o caso se ir aos poucos apagando nos media internacionais, o que não sucedeu. Perante a bola de neve mediática, as autoridades franquistas procuraram apurar o máximo através da investigação judicial, para não serem acusadas de cumplicidade na trama e para não serem enroladas no escândalo internacional que

---

<sup>10</sup> "A Tirania Portuguesa" v. Epílogo de A. Caldeira e A.A.Santos Carvalho.

<sup>11</sup> Maurício, L.Garcia, M. " O Caso Delgado. Autópsia da Operação Outono" 1977

o caso viria a despoletar. Partiram do princípio que Salazar agiria com seriedade e que daria instruções precisas para se apurar a verdade.

Finalmente, não podendo continuar a esconder o sol com a peneira, a tese oficial das autoridades portuguesas foi a do "ajuste de contas" entre correligionários, pois ao Governo, dirá Salazar, lhe conviria que Delgado viesse relatar o que sabia ( como se este não tivesse provado preferir dar a vida a delatar). A ideia de Salazar de que teria havido uma "guerra entre facções" - ou seja, de que Humberto Delgado fora vítima dos comunistas - além de acalmar a consciência situacionista, serviu para solidificar a cultura de ilibação do regime. Base essa que permitiu a aceitação da impunidade no futuro processo em democracia com os advogados da defesa a quererem incriminar o próprio Salazar e a serem impedidos pela enxurrada de testemunhas inúteis e de factores menores que íam atrasando e impedindo o processo até que a ocasião fosse propícia a uma sentença benigna.<sup>12</sup> Apesar destes métodos e como se não bastasse, a PIDE resolveu instaurar um pseudo-processo contra personalidades da oposição.<sup>13</sup> Na análise da operação de encobrimento não é de desprezar o papel dos Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ao mais alto nível, a ideia imposta e que interessava veicular era a da luta entre facções, atirando o ónus do crime para cima da oposição.

### **O papel dos advogados espanhóis**

Os advogados espanhóis, Mariano Robles e Jaime Cortezo, foram contactados por Mário Soares para representar a família Delgado, mas esta não foi constituída parte no processo judicial espanhol, que não passou da fase de instrução, pelo que era muito difícil saber exactamente o que se passava nos meandros da investigação. Convictos da culpabilidade da polícia política portuguesa e do conhecimento das autoridades espanholas a esse respeito, aqueles advogados sabiam que o caso cairia num limbo jurídico se não houvesse uma componente extra-ibérica a exigir justiça. Juntamente com outros juristas espanhóis, temendo que o silêncio por razões de Estado desabasse sobre o caso, fizeram diligências internacionais, a nível da ONU: "A circunstância de este facto se ter realizado em solo espanhol, obriga-nos, juristas espanhóis, a intervir directamente no assunto. A fim de o bom nome da nossa Pátria ficar, oficial e extraoficialmente, no âmbito nacional e internacional, livre de qualquer

---

<sup>12</sup> Geraldo, M. Op. Cit.

<sup>13</sup> Epílogo de "A Tirania Portuguesa".

mancha". Os dois advogados convocaram conferências de imprensa em Madrid. Foi através deste canal informativo que o mundo tomou conhecimento do decorrer do processo espanhol, que apontava para o envolvimento da polícia política portuguesa. O governo de Salazar reagiu desmentindo os advogados espanhóis, que acusavam as autoridades portuguesas de não colaboração. A guerra entre os advogados espanhóis e o governo português desequilibrou-se com a interferência do ministro da Informação e Turismo, Fraga Iribarne, que se mostrou «servidor fiel da política informativa da agência portuguesa ANI» .

Em parceria com o jornalista, José António Novais, Mariano Robles veio a publicar em Espanha um dos primeiros livros sobre o caso, *Humberto Delgado. Asesinato de un Heróe*, que alterna entre a reconstituição de cenas ao estilo de um romance policial e a via jurídica. Entre as inevitáveis imprecisões dado o difícil acesso a fontes oficiais, os autores do livro afirmavam que a congénere espanhola da PIDE, a Direcção Geral de Segurança, estava informada de que Humberto Delgado entraria em Espanha em meados de Fevereiro de 1965. Posteriormente, porém, viria a confirmar-se que só em data posterior ao desaparecimento é que o Comissariado Geral de Investigação Policial mandou uma circular a todas as secções da polícia espanhola. Os autores concluíam erradamente que a PIDE, sabedora e causadora do encontro, desejava limpar as mãos do que viesse a acontecer dizendo posteriormente que até tinha avisado os espanhóis. Não só não avisou, como desviou as atenções para outras paragens distantes por onde andaria Humberto Delgado<sup>14</sup>.

De qualquer forma, Mariano Robles tinha na mira o homem certo, Mário de Carvalho, o traidor que convencera o General a deslocar-se a Badajoz, tendo chegado ao ponto de lhe mandar uma lista de oficiais do Exército, perguntando-lhe quais os mais idóneos para incorporar na "Revolta". O cerco apertara-se, segundo Robles: «as cartas, os telegramas e as chamadas telefónicas tornaram-se quase diárias». O livro reproduz páginas do bloco de apontamentos que constitui o diário do General, bem como inúmeras declarações de testemunhas com quem o advogado contactou em Madrid por ocasião do processo. Sabendo-se que caía grave suspeita sobre os membros da FPLN em Argel (Frente Patriótica de Libertação Nacionl) por terem criado condições insuperáveis de mal estar, empurrando o General para a cilada, estes tornaram-se os principais acusadores da PIDE, desejosos de desviar as atenções do insanável contencioso com Humberto Delgado.

---

<sup>14</sup> Rosa, F.Delgado. "Biografia do General Sem Medo".

### **A Procura da Verdade**

O juiz Crespo Marquez conseguiu entretanto apurar os factos sobre os dois carros e respectivos ocupantes que no dia 13 de Fevereiro de 1965 tinham atravessado a fronteira espanhola. Automóveis esses que viriam a ser completamente destruídos peça a peça com maçaricos a fim de fazer desaparecer uma das provas mais incriminadoras para a PIDE. Passara já um ano sobre o acontecimento quando o juiz espanhol emitiu despacho de prisão provisional sem fiança contra os elementos da PIDE, protegidos embora pelos nomes dos passaportes falsos. A actuação do magistrado espanhol chegava ao fim. O processo foi arquivado.

Passados cinco anos, os advogados espanhóis escreveram uma carta ao então Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, solicitando que face à não instrução em Portugal de qualquer processo aos acusados, estes fossem colocados à disposição das autoridades espanholas. Escusado será dizer que a resposta foi negativa.

Um dos elementos mais relevantes da investigação espanhola foi a autópsia que provava ter a morte sido provocada por espancamento no homem e estrangulamento na mulher. Esta autópsia será liminarmente recusada aquando do processo judicial em Portugal. Por ordem do IIº Tribunal Militar não se fará autópsia em Portugal. Assim durante mais de três décadas a tese do tiro vingou, com ela atirava-se a culpa para cima do matador profissional, Casimiro Monteiro, que teria agido por conta própria, num impulso, sem ordem directa do chefe da brigada, o que convinha a este que assim se ilibava, ilibando os outros dois elementos que teriam ficado horrorizados. O mesmo se passaria com a brasileira logo silenciada, mal começou aos gritos por um tiro rápido e seguro. Só que a autópsia espanhola fala de espancamento por objecto contundente no caso do homem e de estrangulamento no caso da mulher, esta com três costelas cervicais destruídas. Em que ficamos? Seria um crime de selvática violência, ou de simples desobediência de um elemento desvairado? Não só os agentes da cilada ficavam de mãos limpas como toda a cadeia hierárquica passando pelo director da PIDE, ministro do Interior até a próprio Salazar. Escusado será de dizer que as declarações obtidas dos quatro réus não condizem umas com as outras, todos tentando ilibar-se e atirar para cima do matador, Casimiro Monteiro, o ónus da culpa

Seria natural que após mais de quarenta anos passados sobre o assassinato de Humberto Delgado se estivesse na posição de dizer que não restam dúvidas quanto ao que se passou a 13 de Fevereiro de 1965 no local conhecido por Los Almerines na cercania de Olivença, a 18 quilómetros de Badajoz. As dúvidas são formas larvares de alimentar suspeitas, se não de envolvimento directo, pelo menos de omissões e formas atenuadas de culpas. O 25 de Abril, por ter funcionado como um sistema de coincidências temporais, fim de regime, fim de guerra colonial, fim de sistema repressivo, deixou que se enveredasse por uma certa verdade oficial obtida pela Justiça do regime democrático, que se enraizou na opinião pública.

São muitos os livros que se escreveram sobre o "Caso Delgado". Correram rios de tinta ao longo destas quatro décadas. Não é este o local para esse um levantamento, aliás, feito por nós no epílogo à quarta edição do livro de Memórias de Humberto Delgado a sair em breve. O contributo que a Biografia veio dar a este enorme caudal salda-se pela reabertura de dúvidas profundas quanto ao processo judicial em Portugal, apontando para o julgamento da História como última etapa do escrutínio da verdade. Se a farsa de Santa Clara foi o fruto mais torpe do regime democrático português, o julgamento que só à História pertence é fruto do espírito de Liberdade conquistado pelo povo português em 25 de Abril de 1974. Desde então que o nome de Humberto Delgado, progressivamente liberto das manipulações mediáticas e políticas, ressurgiu em toda a sua precursora determinação de ver o país liberto. É nesse contexto que o povo o vê e há muito que lhe dedica um carinho especial destinado ao herói que deu tudo pela Liberdade.